

Feudalismo e escravidão: representações da sociedade pernambucana no Travels in Brazil de Henry Koster

Izabel Andrade MARSON

Resumo: O texto apresenta uma análise do projeto construído pelo inglês Henry Koster sobre a sociedade das Capitanias do norte em geral e pernambucana em particular, em seu livro **Travels in Brazil**, escrito em 1816, o qual reúne anotações e reflexões sobre o período em que o autor viveu em Pernambuco (1810-1815).

Abstract: this text presents an analysis of Henry Koster's project about the north capitanies societies in general and particularly Pernambuco, which are in his book **Travels in Brazil**, written in 1816 containing some notes and reflections about the period when the author lived in Pernambuco (1810-1815).

A 7 de dezembro de 1809 chegava pela primeira vez a Pernambuco o comerciante inglês Henry Koster, aparentemente apenas em busca de um clima mais ameno "se defendendo da tuberculose". (1) Porém, munido de inúmeras cartas de apresentação endereçadas a ingleses ali estabelecidos, rapidamente adentrou em setores da sociedade do Recife junto aos quais alguns comerciantes tinham feito sólido contato, particularmente famílias de funcionários públicos, senhores de engenho e negociantes. Em seguida, pela intermediação de seus compatriotas, aproximou-se de autoridades portuguesas simpáticas ao estreitamento de relações com a Grã-Bretanha - governadores e capitães mores - que lhe forneceram salvo-condutos para se locomover na região e, algumas vezes, até o acompanharam nos caminhos que ligavam o Recife a outros núcleos litorâneos, aproveitando a ocasião de viagens de inspeção de tropas sediadas no interior. Depois de percorrer as principais vilas da zona da Mata, Koster aventurou-se a explorar sozinho - acompanhado apenas por guias nativos e seu criado inglês, em viagem de ida e volta cheia de dificuldades por ter sido realizada num período de seca - o caminho das fazendas de gado de sertão no interior do Rio Grande, Paraíba e

Pernambuco. Além disso, visitou o porto de São Luís no Maranhão antes de seu primeiro retorno à Inglaterra em abril de 1811.

Em dezembro do mesmo ano Koster estava de volta para uma estadia mais longa que duraria até o início de 1815, quando desenvolveu uma experiência ainda mais envolvente com a sociedade pernambucana, no sentido de apreender os problemas que os estrangeiros poderiam enfrentar no Brasil. Alugou e administrou um engenho em Jaguaribe, atividade que lhe propiciou compreender todos os percalços que este empreendimento comportava; e, mais tarde, em 1813, tornou-se lavrador de engenho em Itamaracá.

Destas duas estadias resultou um relato de viagem condensado na obra Travels in Brazil (2), publicada em 1816. O texto foi dividido em duas partes: um Diário e Reflexões sobre a sociedade das Capitanias do Norte. O Diário relata as duas passagens do autor pela região, reunindo as anotações de Koster complementadas por uma pesquisa feita na biblioteca do historiador Robert Southey, e devidamente organizadas em capítulos. A segunda parte da obra é constituída por seis capítulos e um Apêndice. Neles Koster apresenta reflexões sobre a agricultura e o comércio, a sociedade, a escravidão e uma avaliação de questões que emergiram com a vigência dos Tratados de Amizade Aliança e Comércio assinados a 19 de fevereiro de 1810 entre as Coroas da Grã-Bretanha e Portugal. O Apêndice inclui dois estudos sobre plantas da região escritos pelo Dr. Manuel Arruda Câmara, os quais foram resumidos e traduzidos para o inglês por Koster. (3)

O sucesso do texto na Europa e nos Estados Unidos pode ser percebido pelo número de edições que se seguiram : duas inglesas (1816 e 1817), duas francesas (1818 e 1846), duas alemãs (1817 e 1831) e uma americana (1817). Tal interesse pelo livro suscita uma indagação: quais razões poderiam estar na origem do sucesso da obra e, principalmente, das visitas de Koster a Pernambuco?

A curiosidade dos europeus sobre o Brasil e a América do Sul em geral pode ter sido o motivo mais imediato, pois no momento da confecção do livro (1810-1815), assim como sua própria existência, testemunham a abertura da Colônia portuguesa a estrangeiros. Além disso, poderia atender a outros interesses. A descrição minuciosa que acentuou as peculiaridades da terra e de seus habitantes, podia agradar aos aficcionados por relatos de viagens, um gênero de literatura que vinha se ampliando desde meados do XVIII. Por outro lado, as também detalhadas informações sobre as potencialidades econômicas e naturais da região, assim como as dificuldades que se antepunham aos estrangeiros que se estabeleciam, ou, simplesmente percorriam o país, acabavam por se constituir num precioso manual para os comerciantes que tinham em perspectiva investir no Brasil, agora mais

acessível devido ao sedimento da corte portuguesa em seu território, e as facilidades proporcionadas pelos tratados de comércio que haviam rompido algumas restrições antes impostas pelo sistema colonial.

Mas, para além do interesse literário e empresarial, a obra de Koster apresentava um outro atrativo de caráter político, pois oferecia uma avaliação das repercussões dos Tratados firmados entre a Inglaterra e Portugal e das possibilidades e consequências de uma possível abolição do tráfico de escravos no Brasil. Apresentava também uma cuidadosa análise dos efeitos do “Antigo Regime” (particularmente do sistema de monopólio de escravos e da escravidão) sobre a sociedade que visitou, e um projeto de superação destas práticas de instauração da “livre comunicação” e do trabalho livre. Nesse sentido, fornecia sólidos argumentos para questões que agitavam a política internacional naquele momento: a superação dos monopólios coloniais às potências européias.

1.O “Antigo Regime” no Brasil: feudalismo, escravidão e sistema colonial

“...O Capitão-mor deixava raramente seu engenho para ir ao Recife ou Paraíba vivendo, como os outros de sua classe no Brasil, num estado de vida feudal. Derredor dele havia vários outros rapazes que o serviam mas, nem sua mulher nem qualquer das filhas apareceu... O dono da casa vestia camisa, ceroulas e um longo roupão chamado ‘chambre’. É a indumentária típica de pessoas que nada têm o que fazer. Quando um brasileiro começa a usar um desses ‘chambres’, têm-no logo na conta de importante e lhe dedicam ... muito respeito.”

“Imaginava a vida estranha que levava e a semelhança com a época feudal na Europa aparecia-me, não a deixava de comparar com o estado atual do interior brasileiro. O grande poder do agricultor não somente nos seus escravos mas sua autoridade sobre as pessoas livres das classes pobres, o respeito que esses barões exigiam dos moradores de suas terras, a

assistência que recebem dos rendeiros em caso de insulto por parte de um vizinho igual, a dependência dos camponeses... Reunira um número vultoso de trabalhadores livres a propriedade era respeitada milhas derredor..."(4)

As considerações de Koster sobre a sociedade aparecem ao longo de todo seu texto, porém de formas diferenciadas. No Diário emergem esparsas que estão relacionadas a episódios vividos. É na segunda parte que o autor constrói capítulos sínteses, nos quais organiza as proposições gerais que, na verdade, ordenaram toda a narrativa. Nestes capítulos trata da "População Livre, da escravidão e da Impolítica do tráfico de escravos". Descrevendo a sociedade segundo critérios políticos e raciais, submeteu-a a classificações: primeiramente livres e escravos; depois brancos (europeus e brasileiros) mulatos, negros creolos, mamelucos, mestiços, ciganos e estrangeiros. Os escravos, por sua vez são separados em africanos e creolos. (5)

Sua preocupação inicial é demonstrar a ampla miscigenação entre brancos, negros e índios como especificidade da sociedade do Brasil quando comparada a outras colônias onde se constituíram "castas", particularmente as espanholas, inglesas e francesas da América.(6) A existência da miscigenação, todavia, não era sinônimo de relações democráticas. Pelo contrário, sua origem estava, por um lado, na escassez de colonizadores portugueses brancos e, por outro, na escravidão, uma "moléstia", um sistema "radicalmente mau", bárbaro, perverso e irracional, sancionador do abuso, da degradação, da miséria e do infortúnio:

"Que os escravos tenham geralmente dedicação pelos seus senhores não devemos esperar. E por que a teriam eles? O contato entre estas duas espécies humanas não é uma conexão de amor e harmonia, de bondade que produz o reconhecimento e o respeito. É um intercâmbio de ódio e discórdia, de aflição e de desconfiança ininterrupta. É um comércio onde o mal é tamanho que se existe sentimento entre os que têm de um lado todos os benefícios e de outro, todas as amarguras, essa virtude provirá da natureza pessoal e não da organização da escravaria... O trabalho dos escravos nessas

regiões do Brasil, é muito mais favorável que o das Antilhas. Mas são escravos, e essa palavra inclui a grande miséria, a grande degradação e o grande infortúnio.” (7)

Na prática da escravidão se originavam os traços definidores de uma sociedade “semicivilizada e feudal”. Suas características essenciais eram o despotismo dos proprietários de terras e escravos; reclusão, a violência, a ignorância, a ociosidade, a desvalorização do trabalho e a impunidade. O despotismo poderia ser reconhecido em vários comportamentos: no domínio sobre vastas áreas de terra, homens livres pobres e escravos; no poder militar; na afronta ou desconhecimento da lei; na autonomia pessoal dos proprietários e no exercício pleno das vontades e vícios. A vivência de todo este poder era possível em parte pela existência de verdadeiros exércitos particulares de homens livres a serviço dos senhores de terras e, em parte, pelo isolamento das fazendas e engenhos, o qual proporcionava plena liberdade de ação para seus proprietários. Despotismo e reclusão engendraram e perpetuavam a violência e a ignorância, entendidas com repúdio aos estrangeiros, desregramento, autoritarismo, desconhecimento de hábitos e costumes civilizados: ausência de tipografias e mercados de livros; de boas maneiras, de vestimentas modernas, de cultura e de novas práticas agrícolas. E, por fim, a corrupção moral devido à indisciplina das paixões e à ociosidade, expressas na indolência dos proprietários e funcionários públicos; no excesso de burocratas e membros do clero e na impunidade de senhores e de escravos:

“Num país atacado pela terrível moléstia da escravidão, a crueldade é frequente, e conquanto a punição das culpas cometidas contra o senhor seja geral e imediata e proporcionada ao nível dos interesses do superior, é difícil conseguir-se o castigo de grandes crimes contra a coletividade. É do interesse dos amos ocultar às autoridades superiores as ações de seus escravos que possa fazê-los perder seus serviços. Há exemplos em que a própria lei é desviada da retidão da justiça afim de não sofrer o amo a execução ou

desterro do escravo. Guarda silêncio no que concerne aos vizinhos de sua propriedade esperando que pratiquem o mesmo a seu respeito quando necessário.” (8)

Assim, a escravidão inibia práticas sociais típicas das sociedades “civilizadas”: a liberdade de comércio (tolhida pelo excesso de impostos) ; um sistema agrícola mais racional capaz de agilizar os recursos materiais pouco ou nada aproveitados; o esclarecimento dos proprietários pela assimilação da cultura européia e, particularmente, a reeducação das mulheres proprietárias, o segmento social exemplar na identificação da “semi-civilização e do feudalismo”. porque nele podiam ser reconhecidos, cristalinamente, os traços caracterizados deste tipo de sociedade que a escravidão originava: a reclusão, que no caso das mulheres se expressava no confinamento ao espaço doméstico e na ausência de vida pública; a ignorância, exteriorizada na “desumanidade” no trato com os escravos, na reserva com estranhos, no despreparo para comportar-se em público, na inadequação das vestimentas (ou o exagero nas sedas, cetins e jóias, ou na extrema rusticidade) e, sobretudo, na incapacidade de sustentar uma conversação gentil:

“Sempre ouvi dizer, e não posso deixar de aceitar, e reparo como exato na região do país de que estou tratando, que as mulheres são comumente menos humanas...mas este fato procede, indubitavelmente, do estado de ignorância no qual elas vivem. Recebem escassamente educação e não têm a vantagem de poder obter instrução pela comunicabilidade com pessoas estranhas ao seu ambiente nem adquirem novas idéias na conversação geral. Nasceram, criaram-se e continuam cercadas de escravos, sem receber a menor contradição, tendo noções exageradas de autoridades sem que percebam o que há de erro em suas ações. Levai essas mulheres para diante, educando-as; ensina-lhes o que é racional, e serão iguais e em nada inferiores aos seus patrícios. Mal a criança sai do berço e lhe dão um escravo de sua idade e sexo para companheiro, ou melhor para brinquedo. Crescem juntos, e o escravo é

objeto onde o jovem amo desabafa suas vontades...Sobre os rapazes, o efeito é pouco visível e na idade viril, porque o mundo os contém e reprime, mas as moças que não deixam o lar, e às vezes não há oportunidade de abandonar esses hábitos perniciosos.” (9)

2. Um projeto de reeducação da sociedade

“... a negligência do Antigo Regime sob o qual o Brasil fora administrado aparece, frequentemente, por toda parte. A vinda do soberano para esse país animou bastante as pessoas que, há tempos estavam com os hábitos de indolência, e desenvolveu a atividade de outros que esperavam o movimento de despertar... O espírito, longamente contido sob a severa sujeição dos antigos governos coloniais e seus regulamentos, tem atualmente a oportunidade para expandir-se, e provou que saindo de longos sofrimentos e os suportando com resignação existe, e se, doravante, não forem tratados como homens que deixaram a infância, reagirão, rompendo os ferros aos quais se tinham submetido. Espero, sinceramente, que o supremo governo veja a necessidade de reforma e que o povo não espere demasiado, considerando porém, que são preferíveis as privações a uma geração de sangue, confusão e miséria. A livre comunicação com outras nações tem sido útil ao país e os benefícios auferidos vão aumentar.” (10)

Ao mesmo tempo que Koster diagnosticou os “hábitos perniciosos” da sociedade do Antigo Regime responsáveis pelo autoritarismo, repressão e indolência, e o desejo de mudança dos proprietários do Brasil, delineou uma prática pedagógica, reeducadora e pacífica desta sociedade. Fundamentou-a, sobretudo, em reformas políticas entre as quais duas medidas se destacam: a

liberalização dos regulamentos coloniais, especialmente o estabelecimento da “livre comunicação” entre o mercado colonial e os fornecedores europeus, particularmente os ingleses, e a superação do tráfico de escravos ou a substituição do trabalho escravo pelo livre. A aplicação destes dispositivos poderia operar, sem abalos, uma profunda transformação nos hábitos e costumes da população em geral, no comércio e na agricultura. A liberdade de relações comerciais com as outras nações já colocara os agricultores brasileiros em contato com outras regiões agrícolas e suas práticas inovadoras de produção:

“A agricultura no Brasil por muitos anos, não tinha recebido qualquer melhoramento, a não ser mui recentemente e, mesmo agora, é somente devagar e com muita dificuldade que as inovações são feitas (...) A maioria dos plantadores do interior do país, e mesmo a maioria daqueles que se acham nas proximidades da costa e que moram exclusivamente nas suas propriedades, estavam e ainda estão nestas condições. Eles continuam, ano após ano, com o mesmo sistema que seguiram seus pais, sem nenhum desejo de progresso, na verdade na ignorância de que poderiam fazer qualquer melhoramento. Porém, a liberdade de relações comerciais com as outras nações produziu aqui, como em tudo mais, os seus efeitos, e os benefícios que surgiram dessa política vão aumentando rapidamente... entre homens que nem sequer ouviram falar que existiam outros agricultores além deles próprios; que ficaram admirados de saber que não era o Brasil o único país no qual se produzia açúcar, que não sabiam, até pouco tempo, que havia outra nação a fora deles; que imaginavam ser Portugal o senhor de tudo quanto valia a pena possuir-se no mundo.” (11)

A eficácia da abertura do mercado do Brasil às mercadorias e aos negociantes ingleses já foi registrada por Koster em 1810 quando de seu primeiro contato com a sociedade do Recife. A entrada em grande quantidade de produtos refinados e a convivência com os ingleses estabelecidos na

cidade estimularam o comércio, retiraram as pessoas da dormência em que viviam e testemunhavam prosperidade e a existência de uma riqueza insuspeita, até então paralisada pelas restrições do Antigo Regime:

“O compatriota a quem devo as atenções amáveis de fazer-me particular da aprazível sociedade de Pernambuco, é um dos primeiros ingleses a aproveitarem a livre comunicação entre a Inglaterra e o Brasil, observando já uma considerável mudança nas maneiras da classe alta do povo. A baixa dos preços de todos os artigos de tecidos, a facilidade de obter, a custo cômodo, louça de barro, cutelaria e linho de mesa, de fato foram efeitos que devem ter impressionado os brasileiros, assim como o aparecimento de um novo povo entre eles, a esperança de melhor situação para todos, o de ver o país tomar vulto reanimando em muitas pessoas as idéias que dormiam há tempos, desejando mostrar o que possuíam. O dinheiro apreceu para atender às novas exigências.” (12)

Um ano depois, em dezembro de 1811, os resultados da pedagogia da “livre comunicação” haviam se ampliado e transpareciam desde os comportamentos (nos tecidos e modelos das roupas, na presença de senhoras nas ruas durante o dia) até na configuração urbana do Recife, onde as casas da cidade foram dotadas de vidros nas janelas e balcões de ferro, e as casas de campo, rodeadas de jardins, proliferavam. Modernizavam-se, ao mesmo tempo, famílias e moradias:

“Notei uma modificação considerável no aspecto do Recife e seus habitantes, embora minha ausência fosse de curta duração. Várias casas tinham sido reparadas e as rótulas sombrias e pesadas foram substituídas pelas janelas com vidros e balcões de ferro. Algumas famílias tinham chegado de Lisboa e três outras da Inglaterra. As senhoras das primeiras davam o exemplo, indo à missa a pé, em plena luz

solar, e as damas inglesas tomaram por hábito passear todas as tardes por distração (...)

As fazendas de seda e cetim foram logo vencidas pelas musselinas brancas e de cor e tecidos de algodão. Os Homens que antigamente compareciam vestidos de preto, com fivelas de ouro e tricórnio, não faziam grande questão de substituí-los pelas calças de nanquim, meia botas e chapéus redondos. As cadeirinhas, em que as senhoras iam à Igreja ou pagar visitas de suas relações tinham forma mais elegante... Numerosas casas de campo haviam sido construídas. As terras próximas ao Recife subiam de preço...As residências eram edificadas tendo jardins próximos...A época dos melhoramentos chegara, e homens que tinham passado muitos anos sem pensar na menor transformação no interior e exterior de sua casa, estavam agora pintando e envidraçando as fachadas, mobilizando o interior, modernizando eles mesmos suas famílias e suas moradias.” (13)

Todavia, se a primeira prática reeducadora proposta por Koster se concretizava rapidamente a partir dos Tratados de 1810, a segunda proposição - a supressão do tráfico de escravos - demonstrava-se muito mais complexa e difícil de ser implantada devido a múltiplos obstáculos. O governo do Brasil “administrava um numeroso grupo de senhores de escravos esparsos na vastidão do país, onde a autoridade do Soberano é necessariamente reconhecida com negligência”; existia a possibilidade de resistência apesar do governo absoluto e, principalmente, dos proprietários brasileiros não estarem convencidos que a abolição do tráfico fosse uma medida de seu interesse. Por isso Koster aconselhou moderação no encaminhamento deste dispositivo:

“...é preciso cuidado para não ir muito longe porque haverá meios de compelir províncias à obediência das leis no caso em que uma delas recuse sua fidelidade. Creio bem que o Governo esteja inclinado a seguir o exemplo da Europa, mas é preciso não ser precipitado. Seu povo deve ser preparado para essa transformação que, presentemente daria a impressão de ser prejudicial à própria prosperidade.” (14)

Os senhores imaginavam que sem escravos suas propriedades se arrasariam, Procurou identificar as razões da resistência dos senhores frente a supressão do tráfico. Estavam convencidos de que os africanos eram salvos da morte pelos mercadores de escravos se não fossem comprados pelos europeus, e que seriam assassinados pelos seus patrícios. Havia ainda uma ausência de crítica da classe eclesiástica” à escravidão e ao tráfico, pois os sacerdotes argumentavam que era uma vantagem para os africanos receber o batismo na Igreja Católica. A agricultura e o comércio decaíram, provocando a ruína do Brasil. Mas, ainda havia um motivo político: os brasileiros suspeitavam que a Grã-Bretanha procurava influir junto ao governo brasileiro no sentido da abolição do tráfico porque suas colônias, superlotadas de trabalhadores livres, ficariam sem rivais caso se proibisse a entrada de escravos em outras regiões. (15)

Koster refutou as objeções dos senhores de escravos do Brasil, assegurando que motivações legais e humanitárias estavam na origem do empenho inglês na luta contra o tráfico. Tratava-se de uma causa que tinha o apoio de “homens honestos e perseverantes,” a exemplo de Clarkson, Wilbforce e de uma multidão de advogados. (16) Além disso, o receio de que a supressão do tráfico resultasse numa escassez de trabalhadores era infundado. Os efeitos desta supressão seriam muito tênues em Pernambuco porque a população livre do Brasil era superior à escrava e suficiente para preencher o “vácuo que se supõe criar com o fim da escravidão”:

“Sua população livre é numerosa e o tempo parece ter chegado em que essa parte da comunidade assuma seu devido lugar na sociedade, a despeito das leis existentes... Estou tão convencido que penso que a abolição do tráfico seria muito ligeiramente sentida em Pernambuco, desde que passasse o primeiro momento...Os ricos senhores de escravos comprariam imediatamente, para evitar concorrência, os africanos expostos à venda e essa operação determinaria a elevação de preços. Mas o número de pessoas livres é perfeitamente bastante para preencher o vácuo

que se suporia criado pela terminação desse elemento importado no seio da população”. (17)

Considerou que o tráfico (e a escravidão) eram “grande desastre moral, possivelmente o maior do mundo, do qual a Inglaterra havia se libertado”, (18) porém, era necessário “fazer com que outras nações também o proibissem”, pois eram práticas que impediam a concretização de uma sociedade ideal. Esta deveria estar fundada no trabalho livre, a única forma de trabalho que permitiria uma prosperidade geral:

“O tráfico é impróprio relativamente ao Brasil pelo princípio de que o homem em estado de servidão não é tão útil à comunidade como aquele que aja livremente e cujos esforços são dedicados ao desenvolvimento de sua fortuna pelos meios regulares e esta se reúne à prosperidade geral da sociedade a cujo número pertence. Os homens livres trabalham vigorosamente alegres e os escravos indiferentes, lentos, silenciosos. (19)

Tal sociedade ideal deveria comportar três categorias de homens livres: os ricos proprietários, os pobres e os colonos (*secondary people*). A escravidão impedia a estruturação destas classes ideais porque substituía um possível contrato livre entre os ricos proprietários e os homens livres pobres, e tolhia a prosperidade dos médios e pequenos proprietários que ficavam marginalizados, sem possibilidade de prosperar porque não encontravam trabalhadores livres disponíveis:

“...os pobres devem depender daqueles que são suficientemente ricos para lhes dar ocupações, mais, os últimos devem depender dos primeiros para a execução de seus projetos...
Sob a organização atual, o trabalho de pessoas livres não é utilizado com vantagem. Seu tempo é mal empregado, trabalhando sozinhos, com grande dificuldade; fariam tudo facilmente, ocupadas juntas muitas pessoas.”(20)

Em suma, a escravidão era sinônimo de desperdício: perdia-se o potencial de trabalho dos homens livres pobres, dos possíveis colonos e também dos grandes investidores que não podiam contar com equipes disciplinadas de trabalhadores. A escravidão suscitava ociosidade e indisciplina, qualidades que só seriam desenvolvidas quando os homens livres fossem impelidos ao trabalho organizado, devidamente recompensado:

“A tendência geral produzida pela escravidão, examinada nos diversos pontos de vista é despertar todas as más qualidades em quem administra e em quem é administrado. Por este sistema o governo permite a desmoralização do seu povo e que as propriedades dos vassallos sejam dirigidas de maneira mais desvantajosa. Grande número de indivíduos precisam ser tolerados, com utilidade bem limitada pela situação em que estão colocados. E outra classe da sociedade está privada de tomar sua justa posição no progresso geral do país...

Mas a organização do Brasil exclui as classes baixas do auxílio dos que lhes seriam dadas pelo trabalho dos pobres. O agricultor humilde está sob a necessidade de plantar para a sua subsistência sem ter o capital indispensável para esse objetivo. Se a safra se perder ele fica inteiramente esgotado. Os esforços de numerosos indivíduos, cada um ocupado em limpar e cultivar, separadamente, trechos de terra, não podem realizar facilmente esta tarefa, nem com a perfeição que seria feita se todos trabalhassem unidos...

Se um homem se persuade de que, para obter seu sustento depende de um esforço diário, é provável que não perca um só momento e que não adie para amanhã o que lhe beneficiará atualmente, e como sabe que o seu bem estar está ligado à regularidade de seu esforço, estará disposto a cumprir suas obrigações com pontualidade.” (21)

Porém, considerando-se o conjunto da narrativa de Koster - o Diário e as reflexões finais - percebe-se que os traços essenciais de sua tese sobre a escravidão e a sociedade brasileira só têm efetiva ressonância em fragmentos de algumas cenas. Preocupado em construir e comprovar um determinado conceito de feudalismo e a existência de uma sociedade “semi-civilizada”, e uma argumentação contra o tráfico de escravos e o “antigo regime”, Koster, em suas conclusões, minimizou a riqueza de detalhes e situações narradas em seu Diário e presentes no cotidiano vivenciado em Pernambuco.

A narrativa do "Travels in Brazil" traz muitos outros elementos capazes de nuançar a proposição principal, não apenas porque os episódios vividos eram muito mais complexos mas, também, porque o próprio Koster, empenhado em apresentar um projeto alternativo para a superação do "feudalismo" assim como sua viabilidade, destacou as potencialidades e contradições da sociedade analisada.

3. A sociedade em movimento

A preocupação em descrever detalhadamente as cenas presenciadas de forma a apreender as peculiaridades da vida no Brasil, obrigou Koster a flagrar comportamentos e fazer considerações contraditórias. O multifacetamento das situações problematiza a imagem uniforme de despotismo, reclusão, ignorância, ociosidade e desperdício como traços dominadores da sociedade. A própria vivência do autor suscita nuançamentos. Introduzido inicialmente por outros comerciantes ingleses estabelecidos nas cercanias do Recife, depois por autoridades e senhores de engenho e, finalmente acompanhado apenas por guias indígenas e escravos, não houve maiores dificuldades para o inglês usufruir da hospitalidade das famílias brasileiras em qualquer uma das regiões por onde passou:

"Fui recebido no Ceará hospitaleiramente. O nome inglês era uma recomendação". (22)

Nos dias que se seguiram à sua chegada, Koster já pode partilhar das agitadas festas de final de ano entre as famílias ricas sediadas no Recife, as quais, neste período de verão, instalavam-se em suas casas de campo nos arredores da cidade - Monteiro (onde Koster também alugou uma casa temporariamente), Poço da Panela e Olinda. A descontração parece ter marcado a temporada:

"Aqui as maneiras cerimoniosas da cidade são esquecidas e as substituíam um ambiente cordial de liberdade. Nossas manhãs passam indo-se a cavalo ao Recife ou a outro lugar da vizinhança, ou ainda na conversação nas residências das famílias que conhecíamos. À hora da sesta ou à tarde, dança-se, faz-se música, joga-se prendas, janta-se com algum comerciante inglês, cujo reduzido número abandonou igualmente a cidade e reside aqui nas vizinhanças. Em várias casas portuguesas encontro mesas de jogo de baralho, ocupadas desde as nove horas da manhã. Quando uma pessoa se levanta, outra toma o lugar, e assim

estão sempre repletas, excepto durante o calor do dia, quando cada um retorna ao seu lar ou, o que é menos frequente, é convidado para ficar e tomar parte na refeição familiar.” (23)

Porém, as festas não se restringiam ao verão; estendiam-se a outros períodos do ano, nas comemorações familiares, ou mesmo em circunstâncias comuns. Dessa forma, Koster continuou a participar delas ao longo dos meses seguintes em residências cujos proprietários tinham atividades diversas - senhores de engenho, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos - e pode conhecer e relatar mais detalhes sobre o cotidiano das famílias ricas da região: “A. convivência do ceremonial do século passado com a transbordante alegria de uma festa inglesa dos nossos dias; as maneiras avisadas e gentís; o gosto pela dança; a conversação descerimoniosa e gentil”:

“Ofereceram-me levar até outra família brasileira e aceitei. A 7 de agosto um meu amigo veio buscar-me para acompanhá-lo a Olinda. Quem é convidado tem direito a levar um companheiro. A família era composta por uma velha senhora, duas filhas e um filho, padre e professor no Seminário. Muitas pessoas, do mesmo nível social estavam presentes tendo maneiras avisadas e gentís... Dançamos ao som do piano, tocado por um dos professores, com tal humor que só se deteve quando os próprios dançarinos lhe pediram para parar... Três ou quatro famílias têm o hábito de oferecer semanalmente, numa tarde, recepções onde se jogam cartas, segundo o uso de Lisboa... Compareci algumas vezes mas nada notei de peculiar nos costumes ...”(14)

As festas religiosas, por sua vez, foram testemunhos de atividades públicas nas quais homens e mulheres, das mais variadas origens mesclaram-se sem maiores restrições. As comemorações da Semana Santa e da Páscoa de 1810 em Olinda, nuançam a imagem da reclusão feminina:

“Toda a cidade estava em movimento. As mulheres todas, da alta e da baixa sociedade, enchiam as ruas pelas tardes, a pé, contrariamente ao uso local. Muitas estavam vestidas de sedas de várias cores e cobertas de correntes de ouro e outras bugigangas, e em geral expunham tudo que de mais fino tinham podido reunir...As mulheres ao entrar, sejam brancas ou de cor, ficam juntas a essa grade (do alto), se postam de pé, em cada lado da nave, ou ficam perto da entrada, detrás das mulheres que, seja qual for sua posição de cor, devem ser as primeiras a serem acomodadas.” (25)

Mesmo as cenas que mais deram ensejo à exemplificação do isolamento e da ignorância, não são unifacetadas pois aparecem mescladas a episódios que registram outros comportamentos dissonantes. Por exemplo, no interior da Paraíba, Koster hospedou-se no engenho Cunhaú do cel. André de Albuquerque Maranhão, “um cavalheiro de maneiras gentís e cortês como todos os brasileiros de educação possuem” e, ao mesmo tempo, senhor de “um engenho feudal com seus negros e demais serviçais” e comandante de um regimento de cavalaria miliciano. (26) Na região de Papari conheceu a família do português Dionísio Pinto Lisboa “que me apresentou sua mulher”, pais de Nísia Floresta. (27)

Na travessia do Sertão, em pleno período de seca, Koster não encontrou apenas mulheres de vaqueiros que se mantinham afastadas da convivência com os visitantes. Presenciou circunstâncias em que mulheres livres pobres assumiram a chefia de suas famílias porque seus maridos haviam migrado para o litoral em busca de trabalho. ainda, negociou diretamente com outras mulheres livres de pequenos proprietários, quando teve necessidade de abastecer sua caravana de carne de galinhas, porque criar e negociar galinhas era, no interior, uma atividade feminina. (28)

Assim com as experiências de homens e mulheres da sociedade brasileira não se adequam às imagens exclusivas da reclusão e ignorância inscritas no conceito de feudalismo projetado por Koster, as atividades econômicas descritas e vivenciadas nem sempre se assemelham ao atraso e à imobilidade. Koster acentua a movimentação de homens e mercadorias tanto no porto do Recife quanto nas estradas do interior, particulamente a rota do Sertão, que ele fez questão de percorrer. Nesse relato, demonstra os liames do

Recife com a Europa, a Ásia, a África, os Estados Unidos e com outras capitâneas do Brasil: Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul. Descreve o tráfego de produtos agrícolas conduzidos por tropeiros (açúcar e algodão) e de gado, que das fazendas do interior se dirigiam ao porto, e de manufaturados, que de Recife, Natal ou São Luís, eram distribuídos nas vilas interioranas pelos mascates.(29) Inclusive, a estrita ligação entre a produção agrícola da região e o mercado externo testemunhada por Koster, assim como a presença de negociantes intermediando esta ligação nas cidades e vilas do interior, levantam dúvidas sobre a alegada "ignorância" dos senhores de engenho sobre a existência de outras áreas fornecedoras de açúcar e algodão para o comércio internacional.

Contraste maior entre as imagens delineadas nas conclusões e as experiências cotidianas aparece nas menções às atividades agrícolas, particularmente aquelas relacionadas à produção do açúcar. De início, antes de tornar-se um senhor de engenho, Koster faz vários comentários sobre a existência de terras inaproveitadas, métodos agrícolas atrasados, inoperância, ociosidade e indolência dos proprietários:

"A parte do país entre Goiana e Espírito Santo e mesmo até Cunhaú, pouco alongada do litoral, é apropriada em sua maior parte, aos canaviais. Muitos senhores de engenho, todavia, empregam partes do seu tempo plantando algodão. O aspecto geral é de terra inculca, ainda que grande quantidade seja anualmente trabalhada.

O sistema de agricultura é péssimo, ou melhor, como não é necessário nenhuma ciência agrícola, pela imensidade da região e raridade dos habitantes, as terras são trabalhadas em um ano e no outro o matagal recobre totalmente os trechos que não foram aproveitados. Esse processo de plantio exige 3 ou 4 vezes mais terras do seria necessário." (30)

Porém, quando arrendou um engenho em Jaguaribe em abril de 1812, fez uma análise completamente diferente do engenho enquanto empresa:

"Um engenho de açúcar é ... umas das mais difíceis espécies de propriedades para ser convenientemente dirigida. O numeroso

peçoal empregado, suas diversas profissões e a troca ininterrupta de ocupações, dão ao proprietário, ou ao seu feitor, constantes motivos para exercer inumeráveis oportunidades para efetivar sua atividade. A propriedade deve possuir no seu recinto todos os operários indispensáveis ao funcionamento da indústria regular, carpinteiro, ferreiro, marceneiro, oleiro, ... É uma fábrica e também uma fazenda, e ambas têm tarefas iguais e devem agir juntas em conexão com as estações do ano." (31)

A descrição que Koster faz do cotidiano de seu engenho problematiza sua tese sobre o tempo defasado e feudal da colônia. Nela o engenho aparece como uma empresa complexa que atua num ritmo e dentro de um planejamento que exigem extrema racionalidade. O ritmo do trabalho era intenso e articulado, tanto para os feitores e escravos, como para os homens livres contratados para os serviços gerais na fábrica e no canavial e os senhores, a quem cabia a administração de todas as etapas da produção e comercialização do açúcar.

Mas, a contradição mais recorrente no texto de Koster se apresenta nas teorizações que constroem sobre a escravidão e o trabalho livre e as experiências narradas sobre estas duas práticas. Todas as menções à escravidão são controvertidas, porque, ao mesmo tempo que pretendem destacar os traços de irracionalidade presentes na relação senhor/escravo - perversidade, abuso, ódio, discórdia, desconfiança, amargura, miséria, infortúnio - reitera inúmeras vezes que a escravidão no Brasil era uma prática mais humana do que aquela presenciada em outras regiões da América, pois os escravos tinham mais vantagens do que aqueles das colônias britânicas, por exemplo: numerosos dias santos proporcionavam muitos dias de repouso ou tempo para trabalharem em seu próprio proveito, o que aumentava as chances de conseguir a alforria. As alforrias dependiam dos senhores, porém, havia uma pressão social e religiosa no sentido de concedê-la ao escravo que tivesse juntado a quantia referente ao seu preço. Ainda, ao escravo era frequentemente permitido procurar outro senhor que mais o agradasse quando houvesse profunda incompatibilidade entre ele e seu proprietário, a ponto de ameaçar a sobrevivência do cativo. Um número considerável de escravos era libertado pela morte dos senhores e regularmente casados de acordo com as fórmulas da Igreja Católica, procedimento que, na maioria das vezes, garantia

o direito à constituição de famílias escravas. (32) Considera ainda que “os europeus eram menos indulgentes com os escravos do que os brasileiros, porque os adquiriam a crédito enquanto os brasileiros os haviam herdado e, portanto, não tinham urgência em obter largos e rápidos proveitos”. Enquanto os europeus alimentavam melhor seus escravos, porém exigiam mais, os senhores brasileiros (exceto os mulatos) eram “tranquilos e indolentes e, em nenhum caso, seus escravos eram tratados como animal bruto ou como uma máquina”. Conclui:

“A geral equidade das leis referentes às pessoas de cor livres nas possessões portuguesas da América do Sul foi, de certo modo, estendida à escravaria, tornando a vida do escravo no Brasil menos pesada e menos intolerável sob o domínio de outras nações. O escravo brasileiro é instruído na religião de seu senhor e tem a esperança de poder libertar-se por seus próprios esforços. Mas é um cativo dependendo da vontade de outro homem.

Não seria possível criar nas colônias britânicas uma lei obrigando o senhor a alforriar o escravo quando este apresentasse o preço da venda? Em todo caso, aqui não é lugar para discutir-se...” (33)

Um testemunho significativo de negação de identidade entre escravidão e irracionalidade/disperdício aparece nas descrições que Koster faz do desempenho econômico das propriedades de ordens religiosas, especialmente de beneditinos e carmelitas. Os engenhos destes religiosos em Pernambuco eram administrados e trabalhados por escravos e apresentavam um desempenho bastante satisfatório, embora menor que aqueles cujos proprietários dirigiam pessoalmente a empresa e recorriam a feitores livres. Tal resultado se explicava pelo fato dos trabalhadores dos monges dedicarem parte de seu tempo a atividades que ampliavam seu próprio pecúlio, visando a alforria, e não à indolência ou menor produtividade do trabalho escravo. Nos engenhos dos religiosos os castigos corporais eram mais restritos, as tarefas diárias eram concluídas às 15 horas (menos nos períodos de safra), e os

escravos dispunham dos sábados, domingos e dias santos para providenciarem sua subsistência e recursos para comprar a alforria. Eis dois relatos de visitas feitas por Koster a propriedades de ordens religiosas, um engenho da Ordem de S. Bento e o engenho Camassari, dos carmelitas:

“Está em grande ordem, isto é, os escravos e o gado estão em situação ótima, e tudo aparece com um aspecto promissor, mas seria mais produtivo se a vigilância fosse mais contínua. Olhei o engenho, que é movido a água, e vi algumas mulatas bonitas e moças pondo as canas na moenda. Vestiam casacos de algodão estampado, camisas de cambraia e musselina e tinham no pescoço e orelhas enfeites de ouro... A diferença é notável entre estes engenhos que pertencem aos conventos e os que são da posse de particulares que aí residem, e que têm um interesse direto em todos os menores aumentos e diminuições nos ganhos. As propriedades dos frades são trabalhadas quasi exclusivamente pela escravaria nascida no local, e tudo decorre com regularidade tranquila. Se a produção é valiosa, o mais satisfeito é o chefe da comunidade, mas se, pelo contrário, o rendimento é diminuto, nem porisso os negócios conventuais deixam de seguir seu ritmo ordinário”. (34)

Outro tema controverso no texto de Koster diz respeito ao trabalho livre. Se nas conclusões afirma com absoluta certeza que existia no Brasil um contingente de população livre capaz de substituir os escravos, todavia, encontrou dificuldades para obter trabalhadores quando deles teve necessidade para o desempenho de tarefas agrícolas no engenho e mesmo como guias, tanto que precisou recorrer aos índios aldeados. (35) E, nem sempre ficou satisfeito com tais trabalhadores, devido, sobretudo, à sua insubordinação e violência. As contradições aparecem também quando, em outros momentos, Koster se refere ora à abundância de terras e a escassez de homens, ora à significativa presença de homens livres:

“Uma observação que frequentemente tive ocasião de fazer é que, quando os camponeses se reúnem à porta das igrejas nos domingos e dias santos, seu número deve espantar as pessoas que viajam à região sem maiores oportunidades de um exame maior. As choupanas estão à margem da estrada não prometem ter a população numerosa que temos ocasião de ver nestas festas ... as casinhas das classes pobres do povo não são percebidas, esparsas por toda a extensão do terreno e com os estreitos caminhos que parecem impraticáveis, conduzindo a 4 ou 5 casebres, situados no meio da mata ou n’algum campo próprio para o cultivo da mandioca e do milho... As pessoas livres de cor, que habitam os trechos da região que visitei (no Agreste entre Limoeiro, Bom Jardim e Igarassú) são mais numerosas do que previra ...” (36)

Reunindo-se as contraditórias menções presentes na narrativa pode-se concluir que existia um numeroso contingente de homens livres pobres na sociedade pernambucana, porém, ele não tinha a disponibilidade necessária e não desejava assumir o estatuto de “trabalhadores livres” inscrito no projeto de Koster. Ou seja, os homens livres engendrados pela sociedade fundada na escravidão eram numerosos, mas não estavam dispostos a desempenhar o “trabalho livre” cobrado pelos empreendimentos “modernos” ou na configuração dada pelo assalariamento, porque podiam sobreviver e exercer um outro conceito de trabalho, recorrendo a outros expedientes: como lavradores, reideiros ou moradores dos engenhos; como vaqueiros ou como assalariados em tarefas sazonais especializadas nos engenhos e fazendas de gado, quando assim o desejassem. Na sua concepção o “trabalho livre” não incluía, necessariamente, a obrigatoriedade e a disciplina exigidos pelo contrato entre ricos e pobres, ou entre empresários e empregados, prevista na sociedade ideal de Koster. (37)

4. “... não é possível julgar a sociedade por uma mesma regra”

“Chegando em casa, meu amigo e eu, comentamos os episódios do dia, inteiramente passado com uma família brasileira... A conversação era frívola mas interessante, com muita finura e graça... Pode ser observado... que não é possível

julgar a sociedade por uma mesma regra. Famílias de igual posição, importância e riqueza, têm maneiras inteiramente diversas. O fato é que a sociedade sofreu uma transformação rápida. Não que o povo imitasse os hábitos europeus embora esses tivessem influência, mas à proporção que a prosperidade aumenta, maior luxo é exigido; quando a educação se aperfeiçoa, os divertimentos são mais polidos e altos e, alargando-se o espírito pelas leituras, muitos costumes tomam uma forma diversa. As mesmas pessoas vão mudando e já olham com ridículo e desgosto, em poucos anos, os hábitos que as haviam subjugado longamente.” (38)

“Não é possível julgar a sociedade por uma mesma regra”. A consideração do autor no Diário contrasta e problematiza a teorização apresentada nos capítulos conclusivos sobre a sociedade. Quais seriam as possíveis origens deste contraponto?

Algumas já foram arroladas nas páginas precedentes. Koster circunscreveu suas conclusões a fragmentos de cenas presenciadas. Por um lado, preocupado em demonstrar as potencialidades de transformação da sociedade brasileira diante do “laissez-faire” e dos tratados firmados com a Grã-Bretanha, descreveu minuciosamente as situações vividas desvendando todo seu nuançamento e complexidade, os quais não puderam ser completamente esclarecidos pelo instrumental teórico do autor.

Esta última consideração merece maior detalhamento porque está na origem da presença de Koster no Brasil e na montagem de sua argumentação no Travels in Brazil. Para comprovar a necessidade de abolir o tráfico e a escravidão, a eficácia da “livre comunicação” entre o Brasil e as outras nações (particularmente com a Grã-Bretanha) proporcionada pelos tratados de 1810, e a ausência de fundamento das denúncias levantadas sobre os prejuízos que atingiam os interesses de Portugal e do Brasil, devido à maneira lesiva como as cláusulas dos tratados vinham sendo interpretadas pelos ingleses (39), recorreu aos esquemas explicativos de cunho liberal que no momento ganhavam ampla divulgação e o estatuto de panacéia capaz de justificar todos os problemas econômicos e políticos vivenciados: a luta entre o atraso e o progresso, ou entre o feudalismo e o liberalismo. Precisou

demonstrar, ao mesmo tempo, a existência de uma “sociedade feudal ou mourisca” numa performance bastante específica, e as transformações que estariam encaminhando esta comunidade “arcaica” na direção do progresso, ou de um outro modelo de sociedade, pautada pela cordialidade e informalidade, livre dos entraves à circulação de pessoas e mercadorias, dotada de requinte no vestir, de boas maneiras, consumista de artigos europeus (de preferência ingleses), fundada no trabalho assalariado e livre. A intenção política desta interpretação e da presença de Koster no Brasil entre 1810 e 1815 emerge em vários vestígios ao longo de seu texto. Além do reconhecimento minucioso da região expresso nos relatos da primeira e segunda estadias; das cartas de recomendação que trouxe da Inglaterra e que obteve no Brasil; dos recursos financeiros e físicos (particularmente para um homem doente) que as andanças de Koster absorveram; dos prazos que precisou cumprir, e da análise e considerações feitas sobre as cláusulas e a aplicação dos tratados de 1810, alguns comentários deixam entrever que o inglês viajava a serviço de alguém ou de alguma instituição. Por exemplo:

“Oito dias depois de meu regresso do Ceará chegou um navio da Inglaterra trazendo cartas que me obrigavam a deixar Pernambuco e ir ao Maranhão”. (40)

Na verdade, Koster argumentou a partir de situações idealizadas, que não poderiam dar inteligibilidade ao intrincado jogo de comportamentos com o qual se defrontou. Eis porque, num dos momentos em que se deparou com esta complexidade, contrariando seus instrumentos de análise e questionando seus próprios modelos, conclui que não seria possível julgar a sociedade brasileira por uma única regra. Assim como não conseguiu flagrar traços uniformemente “feudais” na sociedade pernambucana, também seria difícil reconhecer na Europa, naquele momento, uma vivência que espelhasse todos os requisitos de projeto idealizado por Koster. A título de exemplo, lembro aqui a resistência dos artesãos ingleses em assumir o lugar a eles destinado nos batalhões de trabalhadores disciplinados que o sistema fabril, ainda se constituindo, exigia. (41) Menciono também a batalha que os landlords da Inglaterra e das colônias britânicas travaram no Parlamento contra os deputados liberais e os empresários industriais emergentes, em defesa da legislação

protecionista, que resguardava o mercado inglês para os produtores, agrícolas da Inglaterra, do tráfico e da escravidão. (42)

As proposições de Koster constituíam um projeto ainda a ser concretizado mesmo na Inglaterra e, naquele momento, dizia respeito tanto à Europa quanto a qualquer outro espaço colonial. E o incremento da riqueza, impulsionado pela expansão dos negócios, conforme sugeriu o próprio Koster, mais que a imitação dos costumes europeus e a imposição do trabalho livre, talvez estivesse na origem das inúmeras transformações por ele presenciadas, no início do século XIX, na sociedade das capitânias do norte.

A facilidade com que o autor se adaptou à vida no Brasil - apesar da alardeada distância entre o mundo europeu e o colonial -, sua dificuldade em renunciar aos bens que havia amealhado em sua segunda estadia, para retornar à Europa em 1815 e, posteriormente, sua fixação definitiva em Pernambuco, talvez sejam indícios de que as mediações entre a sociedade de costumes "mouriscos" e a Inglaterra fossem maiores do que os pressupostos liberais poderiam admitir. É o que nos sugerem as contraditórias considerações feitas pelo proprietário Henry Koster (ou Henrique da Costa, como já era chamado) no encerramento do Diário:

"Pouco tempo depois notícias da Inglaterra tornavam necessária minha volta ao lar. Abandonei com relutância meu desejo de residir no Brasil...Era preciso possuir uma grande resolução para deixar o povo, a terra e tudo quanto me interessava, meus negros e os homens livres, meus cavalos, meus cães e também meus gatos e galinhas, a casa e o jardim que eu improvisara e ia cultivando, e os campos que limpava e ia semeando. Tudo isso confesso, me custava muito sofrimento deixar, mas agradeço aos que desejavam que o fizesse. Tornar-me-ia, bem depressa um lavrador do Brasil... Possivelmente eu, em breve tempo, não podia ser membro de outra sociedade. Sentia-me inclinado à vida que levava. Eu era jovem, era livre e tinha poder. Embora estivesse inteiramente convicto dos males que decorrem de uma sociedade ou estado feudal, amava ter escravos. Poderia

tomar-me tão arbitrário como apaixonado por essa existência meio selvagem. Podia ficar sentindo tanto sabor pela ociosidade, não tendo regras, como desgostando tudo que fosse racional e lógico no mundo. Até recentemente acariciei a esperança de regressar para esse país com os meios de cruzar o continente sul-americano...Só Deus sabe se não seja o meu destino voltar ao velho sonho..." (43)

NOTAS

(1) Luiz da Câmara Cascudo relata em seu Prefácio que Koster viera viver em Pernambuco "se defendendo da tuberculose". Comenta também que, possivelmente era filho de negociantes ingleses estabelecidos em Portugal, país onde nasceu, mas que teria deixado ainda jovem para estabelecer-se na Inglaterra. KOSTER, H.- Viagens ao Nordeste do Brasil. Tradução e notas de Luiz da Câmara Cascudo. 2ª ed. S. Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1942, p. 11. A primeira edição brasileira foi publicada pela Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano desde o nº 51 (1898) até o 147-150, vol. relativo a 1931, e não foi reunida em livro.

(2) Todas as atividades, sucessos dificuldades e impressões vividas na 1ª estadia foram registradas nos primeiros nove capítulos da obra. As informações sobre a 2ª estadia abrangem cinco capítulos (10º a 15º) . O livro foi dedicado a Southey, amigo pessoal de Koster.

(3) Informa-nos o tradutor que o doutor Manuel Arruda Câmara foi médico, botânico, entomologista, filósofo e naturalista nascido em Pernambuco. Estudou em Coimbra e na França, onde tomou contáto com os projetos da ilustração francesa e inglesa. Foi amigo dos pernambucanos que fizeram a Revolução de 1817. Koster o conheceu quando de sua passagem por Goiana. Os mencionados estudos de Câmara foram publicados em 1810 pela Imprensa Régia no R. de Janeiro. KOSTER, H. - ob.cit. p. 91-92; 591.

(4) KOSTER, H.- Ob.cit. p. 295-96; 98.

(5) Idem, ibidem, Capítulos XVIII e XIX .

(6) " " p. 473-475.

(7) KOSTER, H.- Ob. cit. p. 527.

(8) Idem, ibidem, p.546.

(9) " " p. 478.

(10) " " p.72.

- (11) " " p. 422.
(12) " " p.60.
(13) " " p.257.
(14) " " p. 539
(15) " " p. 537
(16) " " p.539.
(17) " " p.548,543.
(18) " " p. 537.
(19) " " p.541-542.
(20) " " p.543-544.
(21) " " p.547, 543-544.
(22) " " p.179.
(23) " " p.p.45.
(24) " " p.57-59
(25) " " p.48.
(26) " " p. 101.
(27) " " p. 105. Koster teve a oportunidade de conhecer e hospedar-se na residência de uma futura precursora das lutas pelos direitos das mulheres no séc. XIX no Brasil, Dionísia Pinto Lisboa, ou Nísia Floresta Brasileira Augusta.
(28) KOSTER, H.- Ob.cit. p. 195.
(29) Idem, ibidem, p. 37-39; 81-82; 203-215.
(30) " " p.212.
(31) " " p.429-430
(32) " " p.494-496.
(33) " " p.479, 495, 553
(34) " " p. 511, 311-312.
(35) Empenhado em descobrir o potencial de trabalhadores livres disponíveis no Brasil, durante suas viagens, Koster dedicou atenção especial às visitas a aldeamentos indígenas, os quais descreveu minuciosamente. Pgs. 105, 169-173, 289. Apesar de constatar a existência de uma população indígena acantonada nos aldeamentos, concluiu que os mulatos livres e negros forros eram os melhores substitutos dos escravos nas tarefas da lavoura. P. 299, 495.
(36) KOSTER, H.- Ob.cit. p. 271-277 *passim*.
(37) Sobre esta questão ver MARSON, I.A.- "Trabalho Livre e Progresso" In: Revista Brasileira de História, S. Paulo, 4(7) :81-93, 1984.
(38) KOSTER, H.- Ob.cit. p. 56.
(39) O Texto de Koster tem a nítida preocupação de refutar as críticas que os Tratados vinham recebendo, as quais denunciavam as condições humilhantes e desiguais a que vinham sendo submetidos a monarquia lusitana e o Brasil. No capítulo XIX comenta as disposições dos Tratados e defende a forma como suas cláusulas vinham sendo interpretadas pela Grã-Bretanha. KOSTER,H.- Ob.cit. p.549-568.
(40) Idem, ibidem p.228. Estas considerações não invalidam as razões de saúde (comprovadas pelas várias crises de febre narradas no texto) e o gosto pela aventura

Feudalismo e escravidão: representações da sociedade pernambucana no
Travels in Brazil de Henry Koster

de ser o primeiro olhar inglês a explorar o Sertão do Ceará (p. 203). todavia, é importante anotar que Koster retornou a Pernambuco logo após a publicação do livro e ali viveu até sua morte em 1820. Mas não deixou uma linha sequer sobre esta 3ª estadia.

(41) Sobre a resistência dos trabalhadores ingleses ao sistema de fábrica no final do XVIII e início do XIX ver THOMPSON, E. P.- A formação da Classe Operária Inglesa. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 3 vols. Trad. Denise Bottman; Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase. Barcelona, Ed. Critica, 1979.

(42) Sobre o embate no Parlamento Britânico ver HOBBSBAWM, E.- Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. S. Paulo, Forense, 1986. Trad.

(43) KOSTER, H. -Ob.cit. p. 417-418.